

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Texto para as questões de 1 a 6.

No Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Piauí (Core-PI), a atuação do Assistente Jurídico exige domínio da linguagem técnico-administrativa, pois a tramitação de processos, a análise de requerimentos, a elaboração de manifestações e o acompanhamento de atos normativos dependem de registros claros e juridicamente consistentes. Em um órgão de fiscalização profissional, a escrita não se limita à transmissão de dados: ela organiza fundamentos, delimita responsabilidades, previne interpretações incompatíveis e contribui para a segurança dos atos praticados.

A comunicação institucional eficiente pressupõe precisão vocabular, impessoalidade, coesão e respeito à norma-padrão. Um parecer, uma notificação ou uma informação processual mal estruturada pode produzir ruído interpretativo, sobretudo quando emprega conectores inadequados, pronomes sem referente claro, pontuação imprecisa ou formas verbais incompatíveis com o grau de formalidade exigido. Nesses casos, o problema linguístico ultrapassa o plano estético e alcança a própria regularidade da atuação administrativa.

No desempenho de suas atribuições, o Assistente Jurídico deve reconhecer que a clareza não se confunde com simplificação excessiva. Textos institucionais precisam ser acessíveis, mas também tecnicamente suficientes. Por isso, a seleção de palavras, a articulação entre orações, a observância da regência e da concordância, o emprego adequado da crase e a colocação correta dos pronomes átonos constituem recursos indispensáveis à produção de documentos seguros, coesos e compatíveis com o interesse público.

Assim, a competência linguística não representa mero atributo acessório: integra a própria qualidade do serviço prestado pelo Core-PI. Quando a linguagem é usada com rigor, os atos administrativos tornam-se mais transparentes, as decisões ficam mais bem fundamentadas e a relação entre o órgão, os profissionais registrados e a sociedade tende a ser fortalecida.

Fonte: BRASIL. **Manual de Redação da Presidência da República**.

3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018; BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, art. 37; BRASIL. Lei n.º 4.886/1965 (com adaptações).

#### QUESTÃO 1



Considerando a organização das ideias e a finalidade comunicativa do texto, assinale a opção correta.

- (A) O texto apresenta predominância narrativa, pois relata acontecimentos sucessivos ligados à rotina processual do Core-PI.
- (B) O texto apresenta predominância injuntiva, pois determina procedimentos obrigatórios para a redação de pareceres jurídicos.
- (C) O texto apresenta predominância expositivo-argumentativa, pois explica a relevância da competência linguística e sustenta a sua importância para a atuação institucional.
- (D) O texto apresenta predominância descritiva, pois caracteriza fisicamente documentos administrativos e espaços de atendimento.
- (E) O texto apresenta predominância literária, pois privilegia subjetividade, ficcionalização e finalidade estética.

#### QUESTÃO 2



No trecho “Nesses casos, o problema linguístico ultrapassa o plano estético e alcança a própria regularidade da atuação administrativa”, a expressão “Nesses casos” retoma, de modo coesivo,

- (A) as situações em que os pareceres, as notificações ou as informações processuais apresentam falhas de estruturação linguística.
- (B) os atos administrativos praticados pelo Core-PI, em todas as suas etapas de fiscalização profissional.
- (C) a necessidade de simplificação excessiva dos textos produzidos no âmbito institucional.
- (D) a relação entre o órgão, os profissionais registrados e a sociedade.
- (E) o emprego da linguagem literária nos documentos jurídicos e administrativos.

## QUESTÃO 3



Assinale a opção cuja proposta de reescrita apresentada mantém a correção gramatical e o sentido original do trecho “a escrita não se limita à transmissão de dados: ela organiza fundamentos, delimita responsabilidades, previne interpretações incompatíveis”.

- (A) a escrita não se limita à transmissão de dados, embora organize fundamentos, delimite responsabilidades e previna interpretações incompatíveis
- (B) a escrita não se limita à transmissão de dados, pois organiza fundamentos, delimita responsabilidades e previne interpretações incompatíveis
- (C) a escrita não se limita à transmissão de dados, caso organize fundamentos, delimite responsabilidades e previna interpretações incompatíveis
- (D) a escrita não se limita à transmissão de dados, ainda que organize fundamentos, delimite responsabilidades e previna interpretações incompatíveis
- (E) a escrita não se limita à transmissão de dados, quando organiza fundamentos, delimita responsabilidades e previne interpretações incompatíveis

## QUESTÃO 4



Assinale a opção correta, quanto à estrutura morfosintática do período “Textos institucionais precisam ser acessíveis, mas também tecnicamente suficientes”.

- (A) O termo “tecnicamente” exerce função adverbial e modifica o adjetivo “suficientes”.
- (B) O termo “institucionais” exerce a função sintática de predicativo do sujeito, por estabelecer relação com o verbo “ser”.
- (C) A conjunção “mas” estabelece relação conclusiva entre orações independentes.
- (D) O termo “acessíveis” funciona como núcleo do sujeito da oração.
- (E) A expressão “precisam ser” constitui locução nominal de valor explicativo.

## QUESTÃO 5



Assinale a opção correta, quanto à regência verbal e à nominal e quanto ao emprego do sinal indicativo de crase, de acordo com a norma-padrão.

- (A) No trecho “a escrita não se limita à transmissão de dados”, o emprego da crase decorre da regência do verbo “limitar-se” e da presença de artigo feminino antes de “transmissão”.
- (B) No trecho “contribui para a segurança dos atos praticados”, a substituição de “para” por à preserva a correção gramatical do fragmento.
- (C) No trecho “compatíveis com o interesse público”, a substituição de “com” por a é obrigatória pela regência nominal do adjetivo.
- (D) No trecho “dependem de registros claros e juridicamente consistentes”, a substituição da preposição “de” por em mantém a correção gramatical do fragmento.
- (E) No trecho “ela organiza fundamentos, delimita responsabilidades, previne interpretações incompatíveis”, a inserção da preposição “em” antes de “fundamentos” preserva a correção gramatical do fragmento.

## QUESTÃO 6



Assinale a opção correta, quanto aos mecanismos de coesão e aos efeitos de sentido no texto.

- (A) No trecho “Assim, a competência linguística não representa mero atributo acessório: integra a própria qualidade do serviço prestado pelo Core-PI”, a expressão “Assim” introduz uma ideia de conclusão em relação às informações anteriormente apresentadas.
- (B) No trecho “Um parecer, uma notificação ou uma informação processual mal estruturada pode produzir ruído interpretativo”, a palavra “ruído” é empregada em sentido literal, indicando um som físico produzido durante a leitura.
- (C) No trecho “ela organiza fundamentos, delimita responsabilidades, previne interpretações incompatíveis”, a sequência verbal estabelece uma relação de oposição entre ações.
- (D) No trecho “Nesses casos, o problema linguístico ultrapassa o plano estético e alcança a própria regularidade da atuação administrativa”, a expressão “Nesses casos” introduz uma ideia de tempo.
- (E) No trecho “a seleção de palavras, a articulação entre orações, a observância da regência e da concordância”, há quebra de paralelismo sintático.

## QUESTÃO 7



Sabe-se que 1 gigabyte corresponde a  $10^9$  bytes e que 1 exabyte corresponde a  $10^9$  gigabytes. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta o número de bytes correspondente a 1 exabyte.

- (A)  $10^9$  bytes
- (B)  $10^{18}$  bytes
- (C)  $10^{36}$  bytes
- (D)  $10^{72}$  bytes
- (E)  $10^{81}$  bytes

## QUESTÃO 8



Em uma atividade de artes, uma estudante deveria escolher 4 cores diferentes, entre as 7 cores do arco-íris: vermelho; laranja; amarelo; verde; azul; anil; e violeta. Ressalta-se que a ordem em que as cores seriam escolhidas não importava.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número de escolhas possíveis em que aparece, pelo menos, uma das cores amarelo ou verde.

- (A) 20
- (B) 25
- (C) 30
- (D) 32
- (E) 35

## QUESTÃO 9



Gael comprou um queijo em formato de cilindro, com raio da base igual a 10 cm e altura igual a 6 cm. Para retirar um pedaço, ele fez 2 cortes verticais, de cima a baixo, que, vistos de cima, partiam do centro da base até a borda do queijo.

Com base nessa situação hipotética e sabendo-se que o volume desse pedaço era de  $150\pi \text{ cm}^3$ , assinale a opção que apresenta a medida do ângulo central dessa fatia.

- (A)  $30^\circ$
- (B)  $45^\circ$
- (C)  $60^\circ$
- (D)  $90^\circ$
- (E)  $120^\circ$

## QUESTÃO 10



Admitindo-se que as proposições “Se Antonella gosta de abacaxi, então Fabíola gosta de feijoada”, “Fabíola gosta de feijoada se, e somente se, Rafael não gosta de rapadura” e “Rafael gosta de rapadura e Sarita não gosta de sorvete” são verdadeiras, assinale a opção que apresenta a conclusão verdadeira.

- (A) Antonella não gosta de abacaxi, Fabíola não gosta de feijoada, Rafael gosta de rapadura e Sarita não gosta de sorvete.
- (B) Antonella gosta de abacaxi, Fabíola gosta de feijoada, Rafael não gosta de rapadura e Sarita gosta de sorvete.
- (C) Antonella gosta de abacaxi, Fabíola não gosta de feijoada, Rafael gosta de rapadura e Sarita não gosta de sorvete.
- (D) Antonella não gosta de abacaxi, Fabíola gosta de feijoada, Rafael gosta de rapadura e Sarita não gosta de sorvete.
- (E) Antonella não gosta de abacaxi, Fabíola não gosta de feijoada, Rafael não gosta de rapadura e Sarita gosta de sorvete.

## QUESTÃO 11



Assinale a opção que apresenta o algarismo das unidades do número  $20^{26} + 26^{20}$ .

- (A) 0
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## QUESTÃO 12



Em uma planilha salarial de certo Conselho Regional, elaborada no Microsoft Excel 365, havia duas colunas: a coluna SETOR, correspondente ao setor do servidor; e a coluna SÁLARIO, correspondente à compensação mensal de cada servidor.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a fórmula que deve ser utilizada caso se queira calcular a média salarial dos servidores do setor de recursos humanos, selecionando-se todas as entradas das referidas colunas e sem a utilização de quaisquer operações adicionais.

- (A) MÉDIASE
- (B) CONT.SE
- (C) MÉDIA
- (D) SOMASE
- (E) SOMASES

## QUESTÃO 13



Em determinada empresa, foi observado que diversos documentos importantes foram perdidos após uma pane no servidor principal. A investigação da equipe de TI dessa empresa revelou que a empresa realizava *backup* apenas uma vez por mês, armazenando as cópias no mesmo servidor dos arquivos originais. Diante do ocorrido, foi proposta a adoção de uma política de *backup* mais robusta.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se as boas práticas de *backup*, assinale a opção que apresenta a política adequada para impedir que o problema se repita.

- (A) Manter o *backup* no mesmo servidor dos arquivos originais, porém em uma pasta separada, aumentando a frequência para uma vez por semana.
- (B) Realizar *backups* mensais em dois servidores distintos, ambos instalados na mesma sala do servidor principal, para que seja facilitada a recuperação.
- (C) Adotar *backup* mensal armazenado exclusivamente em nuvem, dispensando qualquer cópia, independentemente da criticidade dos dados.
- (D) Substituir a política de *backup* por um sistema de redundância de hardware.
- (E) Realizar *backups* diários, armazenando as cópias em local fisicamente separado do servidor original, como uma nuvem ou mídia externa.

## QUESTÃO 14



Uma organização tinha uma rede interna para compartilhamento de documentos e sistemas de gestão entre seus servidores, acessível apenas dentro das dependências da instituição. Durante certo período, essa organização precisou garantir que os seus servidores trabalhassem remotamente com acesso seguro a esses mesmos sistemas internos. Para isso, foi necessária a adoção de uma solução que permitisse o acesso à rede interna por meio da Internet, mantendo-se a segurança e a restrição aos usuários não autorizados.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a solução adotada pela organização foi a

- (A) substituição da intranet pela Internet, tornando os sistemas internos públicos mediante senha de acesso.
- (B) utilização de uma VPN, que cria um túnel seguro pela Internet, permitindo acesso à intranet remotamente.
- (C) instalação de um novo servidor de e-mail para substituir o acesso aos sistemas internos durante o trabalho remoto.
- (D) migração de todos os documentos para um navegador de Internet, eliminando a necessidade da intranet.
- (E) desativação temporária da intranet e a adoção exclusiva de ferramentas públicas da Internet para a comunicação interna.

## QUESTÃO 15



Após a instalação de um software gratuito baixado de um site desconhecido, o computador de um analista de um Conselho Regional começou a exibir propagandas em excesso, e as suas senhas de acesso aos sistemas internos foram comprometidas. A equipe de TI desse Conselho identificou que o software instalado continha um programa oculto que monitorava as atividades do usuário e transmitia informações confidenciais para servidores externos, sem que o *firewall* da instituição tivesse bloqueado a ameaça.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O *firewall* falhou em sua função principal, que é a de analisar o conteúdo de todos os programas instalados nos computadores da rede.
- (B) O uso de um antivírus seria suficiente para impedir qualquer tipo de monitoramento indevido, o que tornaria o *firewall* dispensável nesse contexto.
- (C) O software gratuito instalado no computador do analista continha um *spyware*.
- (D) No caso em apreço, a função do *firewall* deveria ser a de impedir a instalação de qualquer software de origem desconhecida.
- (E) Além de conter um *adware*, o software gratuito instalado no computador do analista continha um *ransomware*.



## RASCUNHO

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

## QUESTÃO 16



Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), assinale a opção correta.

- (A) A comissão de ética poderá aplicar ao servidor que incorrer em falta ética as penalidades de advertência, suspensão ou censura, de acordo com a gravidade da conduta apurada.
- (B) A penalidade de suspensão aplicada pela comissão de ética será sempre registrada no assentamento funcional do servidor, independentemente do juízo da autoridade competente.
- (C) A falta de natureza ética apurada pela comissão de ética e a infração disciplinar apurada em processo administrativo são responsabilidades indissociáveis, não podendo ser aplicadas de forma independente ao mesmo servidor e pelos mesmos fatos.
- (D) A pena aplicável ao servidor público pela comissão de ética é a de censura, e a sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- (E) A aplicação da censura pela comissão de ética extingue a responsabilidade do servidor pelos mesmos fatos, tornando vedada a instauração de processo administrativo disciplinar com base nas mesmas condutas.

## QUESTÃO 17



De acordo com a Lei nº 8.429/1992 e com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a opção correta, a respeito das modalidades de atos de improbidade administrativa.

- (A) O agente público que percebe vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza pratica, exclusivamente, ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, uma vez que a conduta implica desvio indevido de recursos públicos.
- (B) Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, por não pressuporem enriquecimento ilícito ou dano ao erário, dispensam a demonstração de dolo e da finalidade de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outrem.
- (C) A configuração de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública não depende do reconhecimento da produção de danos ao erário nem de enriquecimento ilícito dos agentes públicos, exigindo-se, contudo, lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- (D) O agente público que recebe vantagem econômica para tolerar a prática de contrabando pratica, exclusivamente, ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, pois a conduta gera prejuízo patrimonial indireto ao Estado.
- (E) A sanção de perda da função pública será, obrigatoriamente, aplicada em qualquer das três modalidades de atos de improbidade administrativa.

## QUESTÃO 18



Conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assinale a opção correta, a respeito das hipóteses que autorizam o tratamento de dados pessoais.

- (A) O tratamento de dados pessoais somente será considerado lícito quando fundado no consentimento livre, informado e inequívoco do titular, sendo vedado ao controlador realizar tratamento com base em qualquer outra hipótese legal.
- (B) Para pessoas jurídicas privadas, o consentimento é a única base legal para o tratamento de dados pessoais. Já as pessoas jurídicas públicas podem tratar dados com base apenas em interesse legítimo genérico, ainda que sem previsão legal, finalidade pública específica ou enquadramento nas hipóteses autorizativas da LGPD.
- (C) O consentimento fornecido pelo titular é irrevogável, de modo que, uma vez manifestado, não poderá ser retirado sem que o titular responda pelos danos eventualmente causados ao controlador em razão da revogação.
- (D) O tratamento de dados pessoais com fundamento no legítimo interesse do controlador é vedado pela LGPD, por não oferecer ao titular mecanismos adequados de controle e transparência.
- (E) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado com fundamento em hipóteses legais diversas do consentimento, expressamente previstas na LGPD, tais como o cumprimento de obrigação legal, a execução de políticas públicas pela Administração Pública e a proteção da vida do titular ou de terceiro.

## QUESTÃO 19



O governo brasileiro anunciou em 2026 um aporte significativo de recursos do Fundo Amazônia para projetos de inovação e sociobioeconomia.

Internet: <fundoamazonia.gov.br> (com adaptações).

Considerando essa informação, assinale a opção que apresenta a instituição financeira que é responsável pela gestão e pela coordenação dos recursos desse Fundo.

- (A) Caixa Econômica Federal (CEF)
- (B) Banco do Brasil (BB)
- (C) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- (D) Banco da Amazônia
- (E) Banco Central do Brasil

## QUESTÃO 20



O setor do agronegócio é um dos pilares do produto interno bruto (PIB) brasileiro, mas enfrenta pressões comerciais internacionais, como a lei da União Europeia (EUDR). A partir dessa informação, assinale a opção que apresenta a exigência que essa lei determina para que seja mantida a importação de produtos brasileiros.

- (A) O Brasil adotar o Euro como moeda de troca.
- (B) Os produtos não serem provenientes de áreas desmatadas (legais ou ilegais), após dezembro de 2020.
- (C) Todo o transporte de grãos ser realizado, obrigatoriamente, por ferrovias elétricas.
- (D) O fim imediato do uso de qualquer tipo de fertilizante químico.
- (E) O Brasil reduzir a sua produção de soja em 50%, até o ano de 2026.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## QUESTÃO 21



De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, assinale a opção correta, acerca do regime do Simples Nacional.

- (A) Consiste em um regime tributário obrigatório para as microempresas, sendo facultativo para as empresas de pequeno porte, desde que atendidos os requisitos legais.
- (B) Caracteriza-se pela arrecadação centralizada de tributos, por meio de documento único, abrangendo tributos de competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem prejuízo de exceções expressamente previstas em Lei.
- (C) Implica a substituição integral de todos os tributos federais, estaduais e municipais, sendo vedada a exigência de qualquer obrigação acessória pelos entes federativos.
- (D) É aplicável exclusivamente às pessoas jurídicas do setor industrial, sendo vedada a sua adoção por empresas prestadoras de serviços.
- (E) Determina a exclusão automática de tributos de natureza previdenciária, em razão de sua incompatibilidade com o regime unificado de arrecadação.

## QUESTÃO 22



Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta, sem licitação, ocorre nos casos de

- (A) conveniência administrativa.
- (B) ausência de orçamento.
- (C) decisão unilateral do gestor.
- (D) dispensa e inexigibilidade.
- (E) interesse privado.

## QUESTÃO 23



O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Piauí (Core-PI), ao instituir um novo benefício funcional com repercussão permanente na remuneração de seus servidores, reconheceu que a medida implicaria o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado.

Com base nessa situação hipotética e na Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que a criação dessa despesa exige requisitos como a

- (A) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada de demonstração da origem dos recursos para seu custeio.
- (B) prévia autorização judicial que ateste a legalidade e a necessidade da despesa pública continuada.
- (C) comprovação de disponibilidade imediata de caixa suficiente para suportar integralmente a despesa no exercício corrente.
- (D) aprovação prévia pelo tribunal de contas competente, na condição de validade do ato administrativo que institui a despesa.
- (E) autorização informal da autoridade administrativa competente, desde que haja justificativa de interesse público relevante.

## QUESTÃO 24



Durante a execução orçamentária do Core-PI, verificou-se, ao final de determinado bimestre, que a realização da receita poderia não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Com base nessa situação hipotética e nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que a providência que deverá ser adotada pelos responsáveis consiste no(na)

- (A) abertura de crédito adicional suplementar para o reforço de dotações orçamentárias destinadas às despesas obrigatórias.
- (B) suspensão generalizada da execução de despesas, inclusive aquelas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do ente.
- (C) limitação de empenho e de movimentação financeira, segundo os critérios fixados na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) cancelamento das despesas já liquidadas, com reprogramação das obrigações assumidas.
- (E) majoração de receitas próprias, independentemente dos mecanismos previstos na legislação fiscal vigente.

## QUESTÃO 25



Uma empresa comercial optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido auferiu, em determinado trimestre, uma receita bruta de R\$ 200.000.

Considerando essa situação hipotética e que o percentual de presunção aplicável para fins de IRPJ é de 8%, assinale a opção que apresenta corretamente a base de cálculo do imposto.

- (A) R\$ 8.000
- (B) R\$ 16.000
- (C) R\$ 24.000
- (D) R\$ 184.000
- (E) R\$ 200.000

## QUESTÃO 26



Uma prefeitura identificou que uma determinada atividade econômica apresentava monopólio natural, o que dificultava a concorrência e exigia uma intervenção estatal.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, no que diz respeito à classificação desse contexto sob a ótica econômica.

- (A) concorrência perfeita
- (B) falha de mercado
- (C) externalidade positiva
- (D) equilíbrio competitivo
- (E) eficiência alocativa

## QUESTÃO 27



No âmbito da teoria das finanças públicas desenvolvida por Richard Musgrave, as funções clássicas do Estado são tradicionalmente classificadas em alocativa, distributiva e estabilizadora. Considerando essa informação e as implicações práticas dessas classificações na atuação estatal, assinale a opção correta.

- (A) A função alocativa está relacionada à provisão eficiente de bens públicos e à correção de falhas de mercado, enquanto a função distributiva busca promover maior equidade na distribuição de renda.
- (B) A função alocativa tem como objetivo principal a promoção da estabilidade de preços e o controle de ciclos econômicos.
- (C) A função estabilizadora concentra-se na redistribuição de renda, por meio de políticas fiscais progressivas e transferências governamentais.
- (D) As três funções são mutuamente excludentes, não podendo ser exercidas simultaneamente pelo Estado no âmbito das políticas públicas.
- (E) A função distributiva refere-se à atuação do Estado na correção de falhas de mercado, mediante provisão direta de bens e serviços públicos.

## QUESTÃO 28



No contexto da gestão tributária empresarial, o planejamento tributário constitui-se como um instrumento legítimo de organização das atividades econômicas, devendo observar os limites impostos pelo ordenamento jurídico. A partir dessa informação, assinale a opção correta, acerca do planejamento tributário.

- (A) Compreende práticas destinadas à supressão ou à redução de tributos mediante a omissão de informações ou fraude, desde que haja benefício econômico para a empresa.
- (B) Caracteriza-se por ser aplicado exclusivamente após a ocorrência do fato gerador, visando à revisão de lançamentos tributários já constituídos.
- (C) Prescinde da observância da legislação tributária vigente, desde que resulte em economia fiscal para o contribuinte.
- (D) Constitui obrigação legal imposta a todas as pessoas jurídicas, como condição para regularidade fiscal perante o Fisco.
- (E) Envolve a adoção de condutas lícitas previamente estruturadas, incluindo estratégias como a escolha do regime de tributação mais adequado às características da atividade econômica.

## QUESTÃO 29



A Constituição Federal de 1988 estabelece, como regra geral, a vedação à vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, admitindo, contudo, hipóteses excepcionais expressamente previstas no próprio texto constitucional. Considerando essa informação, bem como os princípios orçamentários e a correta correspondência entre seus conceitos e aplicações, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da não afetação veda, como regra geral, a vinculação de receitas de impostos, admitindo exceções previstas na Constituição Federal de 1988.
- (B) O princípio da exclusividade determina que as receitas de impostos não podem ser vinculadas a despesas específicas, salvo autorização legislativa.
- (C) O princípio da universalidade estabelece a vedação à vinculação de receitas, assegurando a inclusão de todas as receitas e despesas no orçamento.
- (D) O princípio da unidade orçamentária impede a vinculação de receitas de impostos, ao exigir a consolidação de todas as receitas em um único orçamento.
- (E) O princípio da anualidade dispõe que a vinculação de receitas de impostos somente pode ocorrer dentro do mesmo exercício financeiro.

## QUESTÃO 30



O princípio orçamentário que impede a utilização de dotações genéricas ou globais no orçamento público é o princípio do(da)

- (A) unidade.
- (B) universalidade.
- (C) exclusividade.
- (D) especificação.
- (E) equilíbrio.

## QUESTÃO 31



Durante uma execução orçamentária, um determinado órgão público realizou o ato administrativo que consistia na verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e nos documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a regular execução do objeto contratado.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 4.320/1964, assinale a opção que apresenta a correta denominação desse estágio da despesa pública.

- (A) empenho
- (B) pagamento
- (C) previsão
- (D) arrecadação
- (E) liquidação

## QUESTÃO 32



No que diz respeito ao regime contábil aplicado sob a ótica orçamentária, assinale a opção correta, conforme a Lei nº 4.320/1964.

- (A) As receitas e as despesas são reconhecidas exclusivamente pelo regime de competência.
- (B) As receitas e as despesas são reconhecidas exclusivamente pelo regime de caixa.
- (C) As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa; e as despesas, pelo regime de competência.
- (D) As receitas são reconhecidas pelo regime de competência; e as despesas, pelo regime de caixa.
- (E) O regime contábil orçamentário independe de previsão legal.

## QUESTÃO 33



Uma empresa apresentou, ao final do exercício social, os dados a seguir, que foram extraídos de suas demonstrações contábeis (em R\$).

- ativo circulante: 300.000
- estoques: 120.000
- passivo circulante: 200.000
- ativo total: 800.000
- passivo total: 500.000

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta, respectivamente, o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez seca da empresa.

- (A) 1,20 e 0,60
- (B) 1,20 e 0,90
- (C) 1,50 e 0,75
- (D) 1,50 e 0,90
- (E) 1,60 e 0,90

## QUESTÃO 34



No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa (DFC), o método indireto é amplamente utilizado pelas entidades, por permitir a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações. A partir dessa informação e sob a ótica desse método, assinale a opção que apresenta corretamente a elaboração do fluxo operacional.

- (A) listar os recebimentos brutos de clientes deduzidos dos pagamentos brutos a fornecedores e empregados, evidenciando as entradas e as saídas diretas de numerário
- (B) apresentar o fluxo de caixa com base exclusivamente nas contas de investimento e financiamento, desconsiderando as variações ocorridas no ativo e no passivo circulantes
- (C) partir do lucro ou do prejuízo líquido e ajustá-lo pelos efeitos de itens que não afetam o caixa, como depreciações e amortizações, além das variações no capital de giro
- (D) apurar o saldo de caixa e equivalentes de caixa, mediante a soma de todas as receitas de vendas realizadas por competência, sem considerar a efetiva entrada de recursos
- (E) realizar a reversão das despesas financeiras pagas, por o método indireto proibir a inclusão de qualquer item de natureza financeira no fluxo das atividades operacionais

## QUESTÃO 35



Uma empresa comercial adotou o método PEPS (FIFO) para o controle de estoques e apresentou as seguintes operações com mercadorias no mês de janeiro:

- 1/1: estoque inicial de 100 unidades ao custo de R\$ 50 cada;
- 5/1: compra de 200 unidades ao custo unitário de R\$ 60, com frete de R\$ 2.000 e seguro de R\$ 1.000, ambos diretamente atribuíveis à aquisição;
- 10/1: venda de 180 unidades;
- 15/1: compra de 150 unidades ao custo unitário de R\$ 70, com frete de R\$ 1.500 diretamente atribuível à aquisição; e
- 20/1: venda de 120 unidades.

Com base nessa situação hipotética e desconsiderando os tributos recuperáveis e quaisquer outras despesas, é correto afirmar que o valor do estoque final, em reais, ao final do período, será de

- (A) 11.200.
- (B) 11.400.
- (C) 11.600.
- (D) 11.800.
- (E) 12.000.

## QUESTÃO 36



No que diz respeito ao CPC 01, a perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o(a)

- (A) valor contábil excede o valor recuperável.
- (B) ativo é depreciado.
- (C) prejuízo no exercício é identificado.
- (D) ativo é antigo.
- (E) redução de estoque acontece.

## QUESTÃO 37



De acordo com a Lei nº 4.886/1965, constitui infração disciplinar do representante comercial

- (A) exercer atividade autônoma.
- (B) agir com deslealdade ao representado.
- (C) manter registro ativo.
- (D) prestar contas regularmente.
- (E) atuar mediante contrato.



## QUESTÃO 38



Nos termos da Lei nº 4.886/1965, a exclusividade de zona no contrato de representação comercial não se presume, estando condicionada à vontade das partes e às cláusulas contratuais pactuadas. Considerando essa informação, assinale a opção correta, com base nesse regime jurídico e em suas implicações práticas.

- (A) A exclusividade de zona decorre automaticamente da celebração do contrato de representação comercial, independentemente de previsão expressa.
- (B) A exclusividade de zona somente se configura quando houver estipulação expressa no contrato, não podendo ser presumida a partir da conduta das partes.
- (C) A exclusividade de zona é vedada pela legislação, por restringir a livre concorrência entre representantes comerciais.
- (D) A exclusividade de zona pode ser reconhecida de forma tácita, desde que seja comprovada a habitualidade da atuação do representante em determinada região.
- (E) A exclusividade de zona constitui-se como um elemento essencial do contrato de representação comercial, sendo obrigatória a sua previsão para a validade do ajuste.

## QUESTÃO 39



Durante um processo administrativo disciplinar instaurado no âmbito do Conselho Regional dos Representantes Comerciais (Core-PI), apurou-se que determinado profissional praticou infrações sucessivas às normas éticas da profissão, sendo constatadas reincidência e gravidade suficientes para a aplicação de penalidade mais severa.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, conforme a Resolução nº 2.173/2025 do Conselho Federal dos Representantes Comerciais (Confere).

- (A) As penalidades disciplinares restringem-se às sanções de advertência e de multa, sendo vedada a aplicação de medidas que impeçam o exercício profissional.
- (B) O cancelamento do registro profissional constitui a única penalidade de natureza definitiva, não sendo precedido de outras sanções graduais.
- (C) As penalidades disciplinares compreendem advertência, multa, suspensão do exercício profissional e cancelamento do registro, sendo observada a gradação conforme a gravidade da infração.
- (D) A suspensão do exercício profissional somente poderá ser aplicada mediante decisão judicial, sendo vedada a sua imposição na esfera administrativa.
- (E) A aplicação de penalidades disciplinares limita-se às sanções pecuniárias, não alcançando medidas restritivas ao exercício da atividade profissional.

## QUESTÃO 40



Um representante comercial firmou contrato com uma empresa para promover a intermediação de negócios em uma região previamente delimitada, sem subordinação hierárquica, assumindo os riscos de sua atividade e sendo remunerado mediante comissões sobre as vendas realizadas.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, segundo os arts. 710 a 721 da Lei nº 10.406/2002, bem como de acordo com a natureza jurídica dessa relação.

- (A) Configura-se vínculo empregatício, em razão da habitualidade e da remuneração por comissões.
- (B) Constitui-se vínculo de natureza pública, em razão da atuação regulada por legislação específica.
- (C) Pressupõe-se subordinação jurídica direta, sendo equiparada às relações de emprego regidas pela legislação trabalhista.
- (D) Submete-se ao regime estatutário, por envolver atividade de intermediação de interesses empresariais.
- (E) Caracteriza-se pela atuação com autonomia, sem subordinação jurídica, sendo típica de contrato de representação comercial.



RASCUNHO

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A contabilidade aplicada ao setor público tem assumido papel cada vez mais relevante no processo de modernização da gestão pública, contribuindo para a produção de informações úteis à tomada de decisão, ao controle dos recursos públicos e à prestação de contas à sociedade.

Nesse contexto, as demonstrações contábeis constituem um importante instrumento de evidenciação da situação orçamentária, financeira e patrimonial das entidades públicas, permitindo maior transparência e melhor avaliação da gestão.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

## O papel das demonstrações contábeis na evidenciação da situação orçamentária, financeira e patrimonial das entidades públicas

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) finalidades e informações evidenciadas pelas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público;
- b) contribuição das demonstrações contábeis para o processo de tomada de decisão e para a avaliação da gestão pública; e
- c) relação entre evidenciação contábil, transparência e controle social na Administração Pública.